

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 18 n. 1, janeiro/abril 2017

<http://dx.doi.org/10.18593/ejll.v18i1>



Editora Unoesc

E-ISSN 2179-7943

| | | | | | |
|-----------------|---------|-------|------|----------|----------------|
| Espaço Jurídico | Joaçaba | v. 18 | n. 1 | p. 1-298 | jan./abr. 2017 |
|-----------------|---------|-------|------|----------|----------------|

© 2017 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – www.unoesc.edu.br – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira - Editor Executivo

Copidesque: Bianca Regina Paganini, Caren Scalabrin, Gilvana Toniélo, Giovana Patricia Bizinela

Revisão Eletrônica: Bianca Regina Paganini, Caren Scalabrin

Projeto gráfico: Simone Dal Moro

Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

| | |
|-----|---|
| E77 | Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Ed. Unoesc, 2000- v. ; 28 cm Quadrimestral 2016- ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943 1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <p style="text-align: right;">Doris 340.05</p> |
|-----|---|

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editor-Chefe

Carlos Luiz Strapazzon, Doutor, Professor Unoesc, Brasil
strapazzon.carlos.luiz@gmail.com

Editores Assistentes

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Doutor, Prof. PPGD Unoesc, UNOESC, Brasil
Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, UNOESC
Wilson Antônio Steinmetz, Doutor, Professor UCS (RS) e UNOESC (SC), Universidade de Caxias do Sul (UCS) Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Brasil

Editores Associados (Brasil)

Matheus Felipe Castro, Doutor, Prof. PPGD-Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Doutor, Professor Unoesc, Brasil
Rogério Luiz Nery da Silva, Doutor, Professor PPGD-Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Doutor, Professor do Mestrado UNOESC (SC) e EMERJ (RJ), Brasil
Yuri Schneider, Doutor, Prof. PPGD-Unoesc, Chapecó, Brasil

Editores Associados (Espanha)

Waldimeiry Correa da Silva, Doutora, Prof. Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España, Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España

Endereço eletrônico: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/index>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES
SERIADAS (CCN), DO IBICT.
<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas%28ccn%29/sobre-o-ccn>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

GOOGLE SCHOLAR METRICS
<https://scholar.google.com/intl/en/scholar/metrics.html>

QUALIS - CAPES A 1 | BRASIL
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3º, II, VI e nos temas do Art. 3º, IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

Editorial

Direitos humanos na atualidade: um mundo em crise 9

Seção I - Direitos Humanos e Cenário Internacional

Aporias da fundamentação convencional dos direitos humanos e os caminhos da interculturalidade 15

Difficulties of conventional justification of human rights and the pathways of interculturality

Vicente de Paulo Barretto, Universidade Estácio de Sá

Fernanda Frizzo Bragato, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Seção II - Direitos Fundamentais Cíveis

Court decisions in wrongful birth cases as possible discrimination against the child 31

A possível discriminação contra a criança em decisões judiciais de casos de nascimento indesejado (“wrongful birth”)

Petr Sustek, Charles University Law School

Martin Šolc, Charles University Faculty of Law

El derecho a la intimidad de los trabajadores y acceso del patrón a los correos electrónicos empresariales y privados 49

O direito à privacidade dos trabalhadores e empregadores e acesso a e-mails de trabalho e privados

Amalia Patricia Cobos Campos, Universidad Autonoma de Chihuahua

Privacidade, Pós-modernidade jurídica e Governança digital: o exemplo do Marco Civil da Internet na direção de um novo direito 65

Privacy, Legal Post-modernity and Digital governance: the Brazilian civil rights

Framework for the Internet as an example towards a new right

Mikhail Vieira de Lorenzi Cancelier, Universidade Federal de Santa Catarina

José Isaac Pilati, Universidade Federal de Santa Catarina

Entre Chronos e Têmis: passado e presente na luta pela democracia na OAB 83

Between Chronos and Themis: past and present in OAB’s struggle for democracy

Maria Cristina Cardoso Pereira, Universidade Federal de Goiás

Direitos humanos como limites da força aérea brasileira: a lei do abate no combate ao tráfico de drogas..... 99

Human rights as limits of Brazilian Air Force: the shoot-down law combating the drug trade

Rui Carlo Dissenha, Universidade Federal do Paraná
Monick de Souza Quintas, Centro Universitário de Brasília

Audiências judiciais na justiça penal brasileira e seus procedimentos de verdade: uma intervenção cinematográfica..... 123

Judicial Hearings in the Brazilian Criminal Justice and the truth procedures: a film intervention

Laila Maria Domith Vicente, Universidade Estácio de Sá

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: o capítulo sobre a atuação do Poder Judiciário durante a Ditadura civil-militar brasileira 143

The National Truth Commission Report: the chapter about the performance of the Judiciary during the Brazilian civil-military Dictatorship

Vanessa Dorneles Schinke, Universidade Federal do Pampa
Ricardo Silveira Castro, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Seção III - Direitos Fundamentais Sociais

Há um direito fundamental à boa governança? 165

Is there a fundamental right to good governance?

Giovani da Silva Corralo, Universidade de Passo Fundo

Ameaça aos direitos fundamentais e à democracia: a lei antiterror do Brasil..... 185

Threat to the fundamental rights and democracy: Brazilian anti-terror bill

Eduardo Augusto Salomão Cambi, Universidade Estadual do Norte do Paraná
Felipe Augusto Rodrigues Ambrosio, Universidade Estadual do Norte do Paraná

Concretização dos direitos fundamentais sociais pelo Supremo Tribunal Federal: uma crítica a partir do estado constitucional possibilista..... 213

The achievement of the social fundamental rights by the Federal Supreme Court: a criticism from the constitutional state model influenced by possibility thought

Christine Oliveira Peter da Silva, Centro Universitário de Brasília

Seção IV - Leading Cases

O caso Belo Monte: desenvolvimento humano de povos indígenas e tecnopolítica de geração de energia 243

Belo Monte leading case: indigenous peoples' human development and techno-politics of energy generation

Eduardo Faria Silva, Universidade Positivo

Anderson Marcos Santos, Universidade Positivo

Diretrizes para Autores 277

